

ILMO. SR. PREGOEIRO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)

Processo Administrativo nº 23034.009988/2024-66

Pregão Eletrônico nº 90014/2024

QUALIFICAR – GESTÃO TERCEIRIZADA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS E TECNOLOGIA LTDA. (QUALIFICAR TI), sociedade limitada, inscrita no CNPJ nº 04.752.792/0001-01, com sede na Quadra SCRN 702/703, Bloco C, Entrada 22, Sala 101, Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70.720-630, vem respeitosamente à presença de V. Sa., com base no item 11 do Edital c/c art. 165, inciso I, alíneas “b” e “c”, da Lei nº 14.133/2021, interpor **RECURSO** em face da decisão que aceitou a proposta e habilitou a empresa **G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA.** na licitação em tela, com fundamento nas razões de fato e de direito aduzidas a seguir.

I – SÍNTESE DOS FATOS

Em 23/12/2024, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) deflagrou a sessão pública de abertura do Pregão Eletrônico nº 90014/2024, cujo objeto é *"a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de serviços profissionais técnicos especializados em business intelligence, governança, gestão e análise de dados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos"*.

No dia 10/01/2025, depois da desclassificação de seis propostas, a empresa G4F foi convocada para enviar sua proposta de acordo com o melhor lance ofertado, sendo advertida de que caso sua proposta



apresentasse valores de fator-k inferiores ao limite mínimo estabelecido no Edital (1,95), deveria encaminhar junto com a proposta documentação comprobatória dos requisitos exigidos no item 7.9 do Edital.

Dias depois, em 15/01/2025, a área técnica solicitou a realização de diligências perante a empresa G4F com a finalidade de esclarecer seis itens da sua planilha de custos e formação de preços, além da correção da alíquota de ISS de 5% para 2%. Naquela ocasião, a Recorrida foi alertada de que era *"integralmente responsável pela completude da documentação"* e que caso entregasse a documentação de forma incompleta isso poderia resultar na desclassificação da sua proposta.

Em resposta, a empresa G4F encaminhou a documentação objeto da diligência às 17:07 horas do dia 15/01/2025. E, em 20/01/2025, às 16 horas, teve sua proposta analisada e aprovada pela área técnica. Logo em seguida, foi convocada para enviar os documentos exigidos na fase de habilitação.

No dia seguinte, às 9 horas, a documentação de habilitação da empresa G4F foi analisada e aprovada.

Todavia, com o devido respeito à comissão do FNDE que elaborou a Nota Técnica nº 4575979/2025/CGGOV/DIRTI, a fundamentação desenvolvida no presente recurso demonstrará, à saciedade, que a empresa G4F não comprovou o atendimento de todos os requisitos de habilitação e de aceitação da proposta exigidos no Edital, sendo imperativa a reforma da decisão recorrida para inabilitá-la e desclassificar a sua proposta.

II – DO MÉRITO

II.I – Não atendimento, pela empresa G4F, do requisito de habilitação social previsto no art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.



Nos termos do art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, será exigida do licitante na fase de habilitação declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social:

Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições: [...]

IV - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Ademais, o Edital, no item 8.1, expressamente exige o seguinte:

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.** (grifou-se)

Com a finalidade de atender à referida exigência de habilitação social, a empresa G4F incluiu entre seus documentos declaração com o seguinte conteúdo:

A empresa **G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 07.094.346/0001-45, inscrição estadual nº 07.520.075/001-38, sediada no SCN Quadra 2 S/N, Bloco A Sala 602 – Asa Norte, Edifício Corporate Financial, Brasília - DF, CEP: 70.712-900, por intermédio de seu representante legal o Sr. Elmo Toledo Lacerda, portador da Carteira de Identidade nº 2.754.057 SSP/DF, e do CPF nº 533.001.226-00, **Declara que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital, referente Pregão nº 90014/2024 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.** (com destaques)

Ocorre que, o conteúdo dessa declaração é falso, pois a empresa G4F não atende a cota legal para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, estabelecida no art. 93 da Lei nº

8.213/1991, conforme comprova a certidão anexa (doc. 01), obtida no site do Ministério do Trabalho e Emprego

Embora, o art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 consagre prática administrativa referente à possibilidade de declaração de atendimento dos requisitos de habilitação, o licitante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Desse modo, a apresentação de declaração falsa, além de impor a inabilitação do licitante, poderá fundamentar a instauração de processo administrativo sancionador, com base no art. 63, inciso I c/c art. 155, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, os quais estabelecem o seguinte:

Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

I - poderá ser exigida dos licitantes a declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, **e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;**

[...]

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações: [...]

VIII - **apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame** ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; (com destaques)

Sobre o tema, destaca-se o seguinte ensinamento do jurista Marçal Justen Filho:

A declaração não assegura qualquer benefício ao seu subscritor. O exame dos requisitos de habilitação será realizado no momento apropriado e terá em vista os documentos necessários.

A declaração apenas gera efeito negativo relativamente ao seu emitente. Se for evidenciado na etapa apropriada o não preenchimento dos requisitos de habilitação, será cabível impor ao licitante uma punição severa. A apresentação da declaração formal de preenchimento dos requisitos de habilitação elimina o argumento de boa-fé. Configura-se má-fé do sujeito, o que autoriza sancionamento severo.

A questão pode ser colocada sob outro enfoque, como regra, a ausência de preenchimento dos requisitos de habilitação acarreta a inabilitação do licitante. Essa é a consequência da conduta defeituosa do sujeito.

Diversamente se passa quando o sujeito emite uma declaração de preenchimento dos requisitos de habilitação e se verifica que tais requisitos não estão presentes. Então, é cabível a inabilitação pela ausência dos requisitos e uma punição específica por haver formulado uma declaração não coincidente com os fatos da realidade. (grifou-se)

(Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas. 2ª edição. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023, p. 823)

Assim, requer que a empresa G4F seja inabilitada da licitação, por não atender ao requisito de habilitação social previsto no art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

II.II – A empresa G4F está impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.

Consta no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) o registro das sanções de multa e suspensão temporária de participação de licitação e impedimento de contratar em desfavor da empresa G4F, aplicada pela Amazul, com fundamento no art. 83, inciso II, da Lei nº 13.303/2016. Os efeitos dessas sanções administrativas terminarão apenas em 25/04/2026, consoante comprova o documento anexo (doc. 02).

Não obstante esteja registrado no CEIS que a suspensão temporária de participação de licitação e impedimento de contratar se dá no âmbito da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. (Amazul), é de amplo conhecimento das empresas que contratam com o Poder Público o posicionamento pacífico do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que a Administração Pública deve ser considerada como uma unidade, razão por que a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com um determinado órgão ou entidade pública impossibilita a empresa apenas de licitar ou firmar contrato com quaisquer órgãos ou entidades públicas.

E, embora a jurisprudência remansosa do Superior Tribunal de Justiça esteja se referindo a suspensão temporária de participar de licitação prevista no art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/1993, por analogia, os precedentes judiciais também se aplicam às hipóteses de imputação dessa sanção administrativa com fundamento no art. 83, inciso II, da Lei nº 13.303/2016, sobretudo porque este diploma legal não prevê a declaração de inidoneidade. Confira-se:

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PREGÃO ELETRÔNICO. DESCLASSIFICAÇÃO DA IMPETRANTE. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR. ALCANCE DA PENALIDADE. TODA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRECEDENTES. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.

1. Tendo o recurso sido interposto contra decisão publicada na vigência do Código de Processo Civil de 2015, devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele previsto, conforme Enunciado Administrativo n. 3/2016/STJ.

2. De acordo com a jurisprudência do STJ, a penalidade prevista no art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993 não produz efeitos apenas em relação ao ente federativo sancionador, mas alcança toda a Administração Pública (MS 19.657/DF, rel. Min. Eliana Calmon, Primeira Seção, DJe 23/8/2013).

3. Agravo interno não provido.

(STJ. Primeira Turma. AgInt no RMS 72.436-SC. Relator: Ministro Benedito Gonçalves. DJe 02/04/2024 – grifou-se)

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR. ALCANCE DA PENALIDADE. TODA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

2. De acordo com a jurisprudência do STJ, a penalidade prevista no art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993 não produz efeitos apenas em relação ao ente federativo sancionador, mas alcança toda a Administração Pública (MS 19.657/DF, rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/08/2013, DJe 23/08/2013).

3. Agravo desprovido.

(STJ. Primeira Turma. AgInt no REsp 1.382.362-PR. Relator: Ministro Gurgel de Faria. DJe 31/03/2017 – grifou-se)

EMENTA: ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA. DISTINÇÃO ENTRE ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – INEXISTÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE LICITAÇÃO PÚBLICA. LEGALIDADE. LEI 8.666/93, ART. 87, INC. III.

- É irrelevante a distinção entre os termos Administração Pública e Administração, por isso que ambas as figuras (suspensão temporária de participar em licitação (inc. III) e declaração de inidoneidade (inc. IV) acarretam ao licitante a não-participação em licitações e contratações futuras.

- A Administração Pública é una, sendo descentralizadas as suas funções, para melhor atender ao bem comum.

- A limitação dos efeitos da suspensão de participação de licitação não pode ficar restrita a um órgão do poder público, pois os efeitos do desvio de conduta que inabilita o sujeito para contratar com a Administração se estendem a qualquer órgão da Administração Pública.

- Recurso especial não conhecido.

(STJ. Segunda Turma. REsp 151.567/RJ. Relator: Ministro Francisco Peçanha Martins. DJ de 14/04/2003, p. 208 – grifos acrescidos)

EMENTA: RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. SANÇÃO IMPOSTA A PARTICULAR. INIDONEIDADE. SUSPENSÃO A TODOS OS CERTAMES DE LICITAÇÃO PROMOVIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA QUE É UNA. LEGALIDADE. ART. 87, INC. III, DA LEI 8.666/93. RECURSO IMPROVIDO.

I - A Administração Pública é una, sendo, apenas, descentralizada o exercício de suas funções.

II - A Recorrente não pode participar de licitação promovida pela Administração Pública, enquanto persistir a sanção executiva, em virtude de atos ilícitos por ela praticados (art. 88, inc. III, da Lei n.º 8.666/93). Exige-se, para a habilitação, a idoneidade, ou seja, a capacidade plena da concorrente de se responsabilizar pelos seus atos.

III - Não há direito líquido e certo da Recorrente, porquanto o ato impetrado é perfeitamente legal.

IV - Recurso improvido.

(STJ. Segunda Turma. RMS 9.707/PR. Relatora: Ministra Laurita Vaz. DJ de 25/5/2002, p. 115 – grifos acrescidos)

EMENTA: ADMINISTRATIVO. SUSPENSÃO DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES. MANDADO DE SEGURANÇA. ENTES OU ÓRGÃOS DIVERSOS. EXTENSÃO DA PUNIÇÃO PARA TODA A ADMINISTRAÇÃO.

1. A punição prevista no inciso III do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 não produz efeitos somente em relação ao órgão ou ente federado que determinou a punição, mas a toda a Administração Pública, pois, caso contrário, permitir-se-ia que empresa suspensa contratasse novamente durante o período de suspensão, tirando desta a eficácia necessária.

2. Recurso especial provido.

(STJ. Segunda Turma. REsp 174.274/SP. Relator: Ministro Castro Meira. DJ de 19/10/2004, p. 294 – grifos acrescidos)

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. PENALIDADE APLICADA COM BASE NA LEI 8.666/93. DIVULGAÇÃO NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA GERENCIADO PELA CGU. DECADÊNCIA. LEGITIMIDADE PASSIVA. LEI EM TESE E/OU ATO CONCRETO. DANO INEXISTENTE.

1. O prazo decadencial conta-se a partir da data da ciência do ato impugnado, cabendo ao impetrado a responsabilidade processual de demonstrar a intempestividade.

2. A Controladoria Geral da União é parte legítima para figurar em mandado de segurança objetivando atacar a inclusão do nome da empresa no PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, por ela administrado.

3. O *writ* impugna ato concreto, oriundo do Ministro dirigente da CGU, inexistindo violação de lei em tese.

4. Nos termos da jurisprudência desta Corte, a penalidade prevista no art. 87, III, da Lei 8.666/93, suspendendo temporariamente os direitos da empresa em participar de licitações e contratar com a administração é de âmbito nacional.

5. Segurança denegada.

(STJ. Primeira Seção. MS 19.657/DF. Relatora: Ministra Eliana Calmon. DJ de 28/08/2003 – grifos acrescidos)

Percebe-se dos precedentes transcritos alhures, que há mais de 20 (vinte) anos a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça vem reconhecendo que a sanção administrativa de suspensão temporária repercute efeitos para toda a Administração Pública, em âmbito nacional, e não apenas perante o órgão ou entidade pública que aplicou a penalidade.

Além disso, nos termos do art. 105 da Constituição Federal é da competência do Superior Tribunal de Justiça dizer a palavra final em termos de interpretação da lei federal, motivo por que sua jurisprudência tem influenciado a jurisprudência de várias Cortes Regionais, sobretudo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, da qual se destaca os seguintes precedentes:

EMENTA: ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO. PENALIDADE. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR, COM APLICAÇÃO DO ART. 87, INCISO III, DA LEI Nº. 8.666/1993. EXTENSÃO DA RESTRIÇÃO PARA TODA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Trata-se de agravo de instrumento interposto por Trivale Administração LTDA contra decisão que negou pedido liminar da impetrante no sentido de suspender a homologação e a assinatura do contrato resultante do Pregão Eletrônico nº 8/2018, conduzido pela Superintendência Regional do Trabalho na Bahia e, em caso de assinatura do contrato, a suspensão da sua execução até ulterior decisão de mérito.

2. O pedido de suspensão da homologação e execução do contrato tem fundamento na suposta ilegalidade da sua inabilitação em razão da imposição, pela Administração, da pena de impedimento de participação em licitação.

3. A pena prevista no art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993 não produz efeitos apenas em relação ao órgão ou ente federativo sancionador, mas alcança toda a Administração Pública (MS 19.657/DF, rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/08/2013, DJe 23/08/2013; AgInt no REsp 1382362/PR, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/03/2017, DJe 31/03/2017).

4. A penalidade aplicada à agravante em razão de descumprimento de dever contratual, nos termos dos incisos III e IV, da Lei nº 8.666/93, se estende ao âmbito não só do órgão aplicador da penalidade, mas também a toda a Administração Pública. Assim sendo, não se vislumbra verossimilhança das alegações relativas à nulidade do procedimento licitatório.

5. Agravo de instrumento desprovido.

(TRF da 1ª Região. Quinta Turma. AGI 1000386-81.2019.4.01.0000. Relator: Des. Federal Carlos Augusto Pires Brandão. DJe 14/12/2023 – grifou-se)

EMENTA: ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR. ART. 87, III DA LEI Nº 8.666/93. ALCANCE DOS EFEITOS DA SANÇÃO ADMINISTRATIVA. DIFERENCIAÇÃO ENTRE ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. DESNECESSIDADE.

1. A diferenciação entre os termos Administração e Administração Pública (art. 6º, XI e XII da Lei de Licitações) é desnecessária, pois dissonante da Constituição Federal, artigo 37, *caput* e inciso XXI que atribui à lei reguladora da matéria abrangência aos entes da administração direta e indireta da União, dos Estados e dos Municípios.

2. A sanção administrativa de suspensão temporária do direito de licitar, prevista no art. 87, III da Lei nº 8.666/93, não possui efeitos limitados ao âmbito do órgão que a aplicou, haja vista que o desvio de conduta que inabilita a empresa para licitar com determinado ente público atinge a toda a Administração Pública.

3. Não se afigura ilegal a inabilitação no certame licitatório de empresa que teve seu direito de licitar suspenso temporariamente, ainda que aplicada por outro órgão que não aquele que promove a licitação, enquanto a sanção produzir efeitos.

4. Apelação e remessa oficial providas.

(TRF da 1ª Região. Quinta Turma. AMS 2000.34.00.001228-5/DF. Relatora: Des. Federal Selene Maria de Almeida. DJ de 20/10/2003 – grifou-se)

EMENTA: ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. LEI 8.666/93, ART. 87, INCISOS III E IV. DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULA CONTRATUAL. MULTA. PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ÂMBITO DE APLICABILIDADE.

1. A proibição de contratar com o Poder Público em decorrência de descumprimento de cláusula contratual (art. 87, incisos III e IV, da Lei nº 8.666/93), se estende à Administração Pública em geral e não apenas ao órgão aplicador da sanção. Precedentes.

2. Apelação e remessa oficial a que se dão provimento.

(TRF da 1ª Região. Terceira Turma Suplementar. AMS 96.01.46857-9/DF. Relator: Juiz Federal (conv.) Vallisney de Souza Oliveira. DJ de 16/06/2005 – grifou-se)

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União, que era divergente, nos últimos anos vem se filiando a tese do Superior Tribunal de Justiça, de que a sanção administrativa de suspensão temporária de participar de licitação tem eficácia *erga omnes* (contra todos ou frente a todos) e não *inter partes* (restrita somente ao órgão que aplicou a penalidade), conforme se pode constatar do seguinte trecho do voto condutor do Acórdão 1.926/2019-Plenário:

IV

14. Em referência ao argumento de que a jurisprudência do TCU seria endossada por parecer da AGU, ressalto que a Controladoria-Geral da União (CGU), mantenedora do Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), adota o entendimento do STJ para interpretação do art. 87, inciso III, da Lei 8.666/1993 (ver MS 19.657/DF, rel. min. Eliana Calmon, primeira seção, DJe 23/08/2013).

15. É forçoso convir que manter tal dissonância entre órgãos da administração pública é aumentar a burocracia, a ineficiência e o “apagão das canetas”, que esta Corte tanto se esmera em combater. Não há como negar a dificuldade que se impõe ao gestor público diante dessa dissonância entre os órgãos: qual caminho seguir? Enfim, se o TCU e a AGU têm entendimento em um sentido e se o STJ e a CGU possuem em

outro, não me parece razoável exigir que a administração pública siga aquele posicionamento em detrimento deste.

V

16. Com relação ao argumento de prejuízo à competitividade/concorrência e à falta de dados concretos para avaliar o impacto da divergência de entendimento entre TCU e STJ, é ilustrativo avaliar o caso concreto destes autos. Aplicar a jurisprudência deste Tribunal significa determinar ao jurisdicionado que rompa unilateralmente o contrato (que já se encontra firmado e com valor de mais de R\$ 500 mil). Não é crível que o contratado aceitará pacificamente essa determinação – sabendo que o entendimento do Judiciário, cuja decisão o TCU não tem poder de contestar – lhe é favorável.

17. O resultado não é difícil de se imaginar. A decisão do Poder Judiciário será favorável ao contratado e contrária ao TCU. Inevitável ocorrer indenizações e interrupção de prestação de serviços até o deslinde da contenda, com custos elevados.

18. Também não podem ser olvidados os riscos potenciais relacionados à contratação de empresa que há menos de um ano foi sancionada por inexecução contratual. Mais custos para nova licitação e interrupção de prestação de serviços certamente teriam o condão de anular suposta competitividade ou economia decorrentes da participação da empresa sancionada no certame. **Em outras palavras, não há que se falar em restrição à competitividade ou dano ao erário em razão da aplicação da jurisprudência do STJ; não interessa à administração contratar particular que já descumpriu obrigações anteriormente pactuadas.**

(destaques acrescentados)

Em reforço, o item 3.6.4 do Edital veda a participação no certame em tela de pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação, em decorrência de sanção que lhe foi imposta, sem estabelecer qualquer distinção entre os tipos de sanção administrativa.

Com base nessas razões, requer que a empresa G4F seja inabilitada da licitação, com fundamento no item 3.6.4 do Edital, uma vez que está impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, até 25/04/2026.

II.III – Não comprovação de cumprimento dos requisitos estabelecidos no item 7.9.1 do Edital.



O item 7.9 do Edital estabelece que se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, poderão ser realizadas diligências para que a empresa comprove a exequibilidade da sua proposta. Por sua vez, o item 7.9.1 do Edital disciplina que as propostas que resultarem num fator-k inferior ao parâmetro estabelecido de 1,95, presumir-se-ão inexecuíveis, razão por que o licitante deverá apresentar documentação complementar que comprove os seguintes requisitos:

7.9.1 As propostas que resultarem em um fator-k inferior ao parâmetro estabelecido de 1,95 para presunção de inexecuibilidade deverão demonstrar a viabilidade de seus preços, por meio de apresentação de documentação complementar mediante declaração adicional de tempo de serviço que comprove a execução satisfatória em outro órgão público ou privado, com objeto similar ao da presente contratação, em especial:

7.9.1.1. Pagamento de salários iguais ou superiores aos especificados neste Termo de Referência;

7.9.1.2. Profissionais com qualificação equivalente ou superior à exigida;

7.9.1.3. Prazo não inferior a 24 meses de vigência;

7.9.1.4. Fator-k igual ou inferior ao apresentado na proposta.

As referidas exigências são mais do que critérios para aferir a exequibilidade da proposta, configurando verdadeiros requisitos para aceitação da proposta, razão pela qual deverão ser desclassificadas do certame, com base no item 7.7.5 do Edital, aquelas propostas apresentadas em desconformidade com essas exigências.

Dito isso, urge destacar que os cinco contratos apresentados inicialmente pela empresa G4F não comprovaram o atendimento das exigências contidas no item 7.9.1 do Edital, conforme reconhecido na Nota Técnica nº 4575979/2025/CGGOV/DIRTI.

Apenas depois de realizada diligência perante a empresa G4F, quando apresentou três novos contratos, a área técnica reconheceu que a Recorrida teria comprovado o atendimento das exigências contidas no item 7.9.1 do Edital. Para tanto, considerou os seguintes contratos, apresentados

extemporaneamente: a) Contrato nº 50/2020 (Apex-Brasil), b) Contrato nº 07/2021 (MEC) e c) Contrato nº 50/2020 (TSE).

Todavia, a realização de diligências justifica-se diante do esclarecimento de dúvidas ou insuficiência de informações relativamente a documentos já apresentados pelo licitante. Ou seja, não se pode promover diligências para permitir a apresentação de documento novo ou a substituição de documento apresentado, sob pena de violação dos princípios da impessoalidade, da moralidade, da probidade administrativa, da igualdade, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo e da segurança jurídica, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Com efeito, independentemente do motivo para realização da diligência – verificar requisito de aceitabilidade da proposta ou requisito de habilitação –, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, a apresentação de novos documentos somente será permitida para complementação de informações acerca de documentos já apresentados pelos licitantes ou para a atualização de documentos cuja validade tenha expirado depois da data de recebimento das propostas. Veja-se:

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

Nesse particular, é mister destacar a seguinte lição do jurista Marçal Justen Filho:

A diligência pode destinar-se ao esclarecimento de dúvidas, imprecisões ou insuficiência de informações relativamente a documentos já apresentados pelo sujeito. **Em tais hipóteses, não se trata nem de documento novo, nem de substituição de documento apresentado.**

Existe a necessidade de esclarecimento sobre situação relativa à qual já havia sido produzida documentação. (grifou-se)

(*Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas*. 2ª edição. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023, p. 832)

Ou seja, a ausência de apresentação da documentação no momento apropriado ocasiona a preclusão temporal e consumativa da sua apresentação em outra oportunidade.

Além disso, com o devido respeito à área técnica, mesmos os três contratos apresentados posteriormente pela empresa G4F, em sede de diligência, não comprovam o atendimento dos requisitos previstos no item 7.9.1 do Edital, uma vez que:

- a) Os contratos firmados com a Apex-Brasil e o MEC preveem a prestação de serviços de TIC remunerados mediante UST (Unidade de Serviço Técnico) e HST (Hora de Serviço Técnico), respectivamente, sem que a Recorrida tenha apresentado correlação da métrica utilizada nesses contratos nem a respectiva quantidade de profissionais alocados, a fim de que fosse possível aferir se tais profissionais recebiam salários iguais ou superiores ao especificados no Termo de Referência da licitação em comento;
- b) Não há qualquer informação sobre a produtividade dos contratos firmados com a Apex-Brasil e o MEC, infringindo a exigência prevista no item 7.14.3:
- c) A apresentação de planilhas produzidas unilateralmente pela empresa G4F, parte diretamente interessada, sem que a área técnica tenha checado as informações perante os tomadores dos serviços, é insuficiente para fundamentar o atendimento das exigências previstas no item 7.9.1 do Edital e, por conseguinte, a aceitabilidade da sua proposta; e

d) Nenhum dos três contratos possui objeto similar ao do Pregão Eletrônico nº 90014, promovido pelo FNDE, pois não possuem profissionais alocados em atividades diretamente relacionadas à governança, gestão e análise de dados, razão pela qual nenhum deles apresenta profissionais com qualificação equivalente ou superior à exigida na presente licitação.

Aliás, a afirmação feita no item “d” acima é reforçada pela argumentação ventilada na própria Nota Técnica nº 4575979/2025/CGGOV/DIRTI, na qual consta os seguintes achados:

a) Dos 17 (dezessete) postos de trabalho alocados no Contrato nº 50/2020 (Apex-Brasil), apenas 5 (cinco) foram considerados compatíveis com o objeto do Pregão Eletrônico nº 90014, promovido pelo FNDE, sendo que destes 4 (quatro) apresentaram remunerações inferiores;

b) Dos 27 (vinte e sete) postos de trabalho alocados no Contrato nº 07/2021 (MEC), apenas 5 (cinco) foram considerados compatíveis com o objeto do Pregão Eletrônico nº 90014, promovido pelo FNDE, sendo que destes 4 (quatro) apresentaram remunerações inferiores; e

c) Dos 30 (trinta) postos de trabalho alocados no Contrato nº 50/2020 (TSE), apenas 13 (treze) foram considerados compatíveis com o objeto do Pregão Eletrônico nº 90014, promovido pelo FNDE, sendo que destes 3 (três) apresentaram remunerações inferiores.

Isto é, a própria área técnica já identificou na Nota Técnica nº 4575979/2025/CGGOV/DIRTI, que os contratos apresentados

extemporaneamente pela empresa G4F não comprovam o atendimento dos requisitos previstos no item 7.9.1 do Edital, razão pela qual a Recorrente não consegue entender por que sua proposta foi aceita na presente licitação.

O atestado de capacidade técnica relativo ao Contrato nº 50/2020 (Apex-Brasil) sequer foi apresentado pela Recorrida, a qual também não comprovou a utilização dos seguintes perfis nessa contratação: a) Analista de Sistemas – Front End, b) Analista de Sistemas – Analytics e Big Data, c) Analista de Sistemas – DBA, d) Arquiteto de Sistemas – Azure.Net e e) Consultor de Sistemas – Data e Analytics.

Além disso, em nenhum dos três contratos constam evidências acerca da utilização dos seguintes perfis: a) Cientista de Dados Sênior, b) Engenheiro de Big Data Sênior e c) Engenheiro de IA Sênior. A Nota Técnica nº 4575979/2025/CGGOV/DIRTI simplesmente ignorou a necessidade de comprovação desses perfis.

Quanto ao Contrato nº 50/2020 (TSE), claramente seu objeto é a prestação de serviços de suporte técnico e gerenciamento de projetos, com características absolutamente incompatíveis com o objeto da presente licitação, que engloba a governança, gestão e análise de dados.

A empresa G4F prestou, em suma, serviços de suporte técnico e gerenciamento de projetos ao TSE, os quais são, repita-se, absolutamente incompatíveis em características com o objeto da presente licitação. Nesse sentido, destaca-se os seguintes dispositivos do Anexo 01 do Projeto Básico do Edital de Licitação TSE nº 7/2020 (**doc. 03**), do qual resultou a emissão do Atestado nº 58/2021 em favor da Recorrida:

3. Quanto aos serviços de suporte:

3.1 Prestar suporte aos usuários das ferramentas de gestão de projetos quanto às suas funcionalidades e à usabilidade do software.

3.2 Prestar suporte às equipes de desenvolvimento sobre os padrões arquiteturais de desenvolvimento de software da STI, sobre as



ferramentas de integração contínua e sobre componentes corporativos.
(grifos do original)

O item 6 do Estudo Técnico Preliminar estabelece que meras alegações sem base documental não constituirão elementos capazes de comprovar a exequibilidade e aceitabilidade da proposta. Indica, também, exemplos de documentações complementares que poderiam ter sido solicitadas à empresa G4F, advertindo que é de inteira responsabilidade dos licitantes prover as informações para composição de sua memória de cálculo e as informações/documentos complementares exigidos em procedimento de diligência. Veja-se:

6 CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

Para fins de aplicação na fase de análise das propostas de preço, considerar-se-ão como POTENCIALMENTE INEXEQUÍVEIS aquelas propostas que inviabilizem a execução do CONTRATO, por apresentarem preços que não reflitam os custos dos insumos necessários e tributos incidentes, em bases de mercado, conforme previsão contida no inc. III do art. 11 da Lei 14.133 de 2021 – sendo adotadas como linha de base para análise as referências apresentadas no ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR da presente contratação.

Havendo indício de inexecuibilidade e/ou identificadas inconsistências nos cálculos do Demonstrativo de Custos e Formação de Preços da proposta, serão instauradas tantas quantas diligências forem necessárias para que os licitantes ofertantes possam comprovar sua exequibilidade e/ou para que as áreas competentes tenham segurança suficiente para decidir por sua classificação ou desclassificação.

Para comprovar a exequibilidade, os LICITANTES deverão apresentar justificativas fundamentadas em arcabouço documental que comprovem a viabilidade e a compatibilidade dos valores ofertados com sua estrutura de custos e despesas necessários à completa execução do objeto contratual, sendo garantido tratamento sigiloso aos documentos apresentados (se assim a legislação exigir). **Meras alegações sem base documental não constituirão elementos capazes de comprovar exequibilidade.** São exemplos de documentações complementares que poderão ser solicitadas das LICITANTES para embasar a análise de exequibilidade e/ou inexecuibilidade dos preços ofertados:

- a) CONTRATO(S) e FATURA(S) com objetos e preços compatíveis aos ofertados pelas LICITANTES para a presente contratação, acompanhado(s) de notas fiscais e declaração(ões) de CONTRATANTES que comprovem a execução satisfatória do objeto; e
- b) MEMÓRIAS DE CÁLCULO, registros profissionais ou evidências documentais que comprovem a viabilidade do valor ofertado, baseando-se, primariamente, nos parâmetros de custos de insumos, salários, incidência de custos indiretos, tributos e lucro.

O FNDE poderá diligenciar diretamente os ÓRGÃOS/EMPRESAS CONTRATANTES em busca de informações acerca da qualidade dos serviços prestados pelos LICITANTES e/ou qualquer outra informação que julgue pertinente para subsidiar suas decisões. Tendo em mãos todas as informações julgadas necessárias, o FNDE promoverá análise crítica da composição de preços unitários e globais ofertados pelos licitantes, com base na avaliação da memória de cálculo de composição de custos e formação de preços dos serviços e análise do fator-k (relação entre remuneração e custos totais) dos perfis profissionais listados.

É de inteira responsabilidade dos LICITANTES prover as informações para composição de sua memória de cálculo e as informações/documentos complementares exigidos em procedimento de diligência. Não lhe cabendo alegar desconhecimento dos critérios de análise da PROPOSTA. Antes de ter propostas desclassificadas por inexecuibilidade, aos LICITANTES será franqueada oportunidade de defesa, nos termos e condições definidos pelo instrumento convocatório e com base nas boas práticas licitatórias. (com destaques)

Ocorre que, os procedimentos indicados no referido dispositivo do Estudo Técnico Preliminar não foram observados ou seguidos pela área técnica, uma vez que não existem evidências oficiais que ratifiquem ou tornem inquestionáveis as planilhas elaboradas e apresentadas pela empresa G4F. Não foram solicitadas a apresentação de contracheques, notas fiscais, ordens de serviços etc. Sequer as folhas de pagamento dos empregados da Recorrida, alocados na execução dos contratos considerados na Nota Técnica nº 4575979/2025/CGGOV/DIRTI foram solicitadas.

Desse modo, requer a desclassificação da proposta apresentada pela empresa G4F, com base no item 7.7.5 do Edital, haja vista que não comprovou o atendimento das exigências estabelecidas no item 7.9.1 do Edital.

III – PEDIDOS

Ante o exposto, a Recorrente requer à i. autoridade julgadora que dê provimento ao presente recurso, para deferir os seguintes pedidos:



a) inabilitar a empresa G4F da presente licitação, por não atender ao requisito de habilitação social previsto no art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;

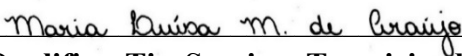
b) inabilitar a empresa G4F da presente da licitação, com fundamento no item 3.6.4 do Edital, uma vez que está impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, até 25/04/2026;

c) desclassificar a proposta apresentada pela empresa G4F, com base no item 7.7.5 do Edital, haja vista que não comprovou o atendimento das exigências estabelecidas no item 7.9.1 do Edital; e

d) examinar a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

Termos em que pede deferimento.

Brasília, 24 de janeiro de 2025.


QualificarTi e Serviços Terceirizados
Maria Luísa Maia de Araújo
Representante legal